

Revisão do Plano Diretor Municipal de TÁBUA

Avaliação Ambiental Estratégica
Resumo Não Técnico

[Versão de julho de 2024]



QUEROVENTO
Serviços em Ambiente, Lda.

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 3 |
| 4. Definição do Âmbito da AAE..... | 8 |
| 4.1. Questões Estratégicas..... | 8 |
| 4.2. Fatores Críticos para a Decisão..... | 9 |
| 5. Análise e Avaliação Estratégica | 10 |
| 5.1. FCD: Ordenamento do território, Desenvolvimento regional e Competitividade | 10 |
| 5.1.1. Considerações prévias | 10 |
| 5.1.2. Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua | 11 |
| 5.2. FCD: Qualidade Ambiental | 12 |
| 5.2.1. Considerações Prévias | 12 |
| 5.2.2. Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua | 13 |
| 5.3. FCD: Património Natural, Arqueológico e Cultural | 14 |
| 5.3.1. Considerações Prévias | 14 |
| 5.3.2. Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua | 15 |
| 5.4. FCD: Riscos Ambientais e Tecnológicos | 16 |
| 5.4.1. Considerações Prévias | 16 |
| 5.4.2. Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua | 17 |
| 8. Considerações Finais..... | 43 |
| 9. Referências Bibliográficas | 45 |

Lista de Acrónimos

| | |
|---------------|--|
| AAE | Avaliação Ambiental Estratégica |
| CMT | Câmara Municipal de Tábua |
| DA | Declaração Ambiental |
| FA | Fatores Ambientais |
| FCD | Fatores Críticos para a Decisão |
| IGT | Instrumentos de Gestão Territorial |
| PDM | Plano Diretor Municipal |
| PMDFCI | Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Tábua |
| PMEPC | Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Tábua |
| QRE | Quadro de Referência Estratégico |
| QE | Questões Estratégicas |
| RA | Relatório Ambiental |
| RFC | Relatório de Fatores Críticos |
| RNT | Resumo Não Técnico |

1. Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico [RNT] da Avaliação Ambiental Estratégica [AAE] da Revisão do Plano Diretor Municipal de Tábua [PDM]. A AAE é obrigatória desde a instituição do Regime Jurídico da AAE¹, que transpõe para o ordenamento jurídico nacional os requisitos estabelecidos pela Diretiva nº 2001/42/CE, de 25 de junho, vindo confirmar a necessidade de se avaliar os efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Na fase anterior à elaboração do Relatório da AAE, a que este RNT corresponde, foi elaborado e sujeito a apreciação pelas entidades com responsabilidades específicas [ERAE] o Relatório de Fatores Críticos [RFC] da proposta de Revisão do PDM de Tábua. Assim, o documento que agora se apresenta foi elaborado atendendo à ponderação das considerações efetuadas no âmbito dessa consulta.

No Relatório da AAE identificam-se e avaliam-se os efeitos com maior probabilidade de ocorrer na área de implementação da revisão do plano e definir medidas de minimização dos impactes negativos e potenciar os positivos, propondo-se, por último, um programa de gestão e monitorização ambiental que permitirá aferir as opções tomadas face aos resultados obtidos com a implementação da proposta de Revisão do PDM de Tábua.

¹ RJAAE – Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei nº 58/2011, de 4 de maio

2. Objetivos e Metodologia da AAE

A AAE de planos e programas é um procedimento obrigatório em Portugal e um instrumento da política de ambiente cuja obrigatoriedade de aplicação decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), o qual consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

No caso específico de acompanhamento de PDM, a aplicação da AAE encontra-se evidenciada no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O procedimento de AAE, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), consiste na “...*identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração de um plano ou programa e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na ponderação da decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final*”.

A AAE visa estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, designadamente instrumentos de gestão territorial, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

A AAE pode contribuir para (Partidário, 2012):

- Assegurar uma perspetiva estratégica, sistémica e alargada em relação às questões ambientais, dentro de um quadro de sustentabilidade;
- Contribuir para a identificação, seleção e discussão de opções de desenvolvimento para decisões mais sustentáveis (interrelacionando sempre as questões biofísicas, sociais, institucionais e económicas);
- Detetar oportunidades e riscos estratégicos nas opções em análise e facilitar a consideração de processos cumulativos;
- Sugerir programas de seguimento, através de gestão estratégica e monitorização;
- Assegurar processos transparentes e participativos que envolvem todos os agentes relevantes através de diálogos, e promover decisões mais integradas relativamente ao conjunto de pontos de vista mais relevantes.

A AAE da proposta de revisão do PDM de Tábua desenvolve-se em diversos momentos, com recurso a metodologias próprias, e articulados entre si, conforme se evidencia na figura seguinte.

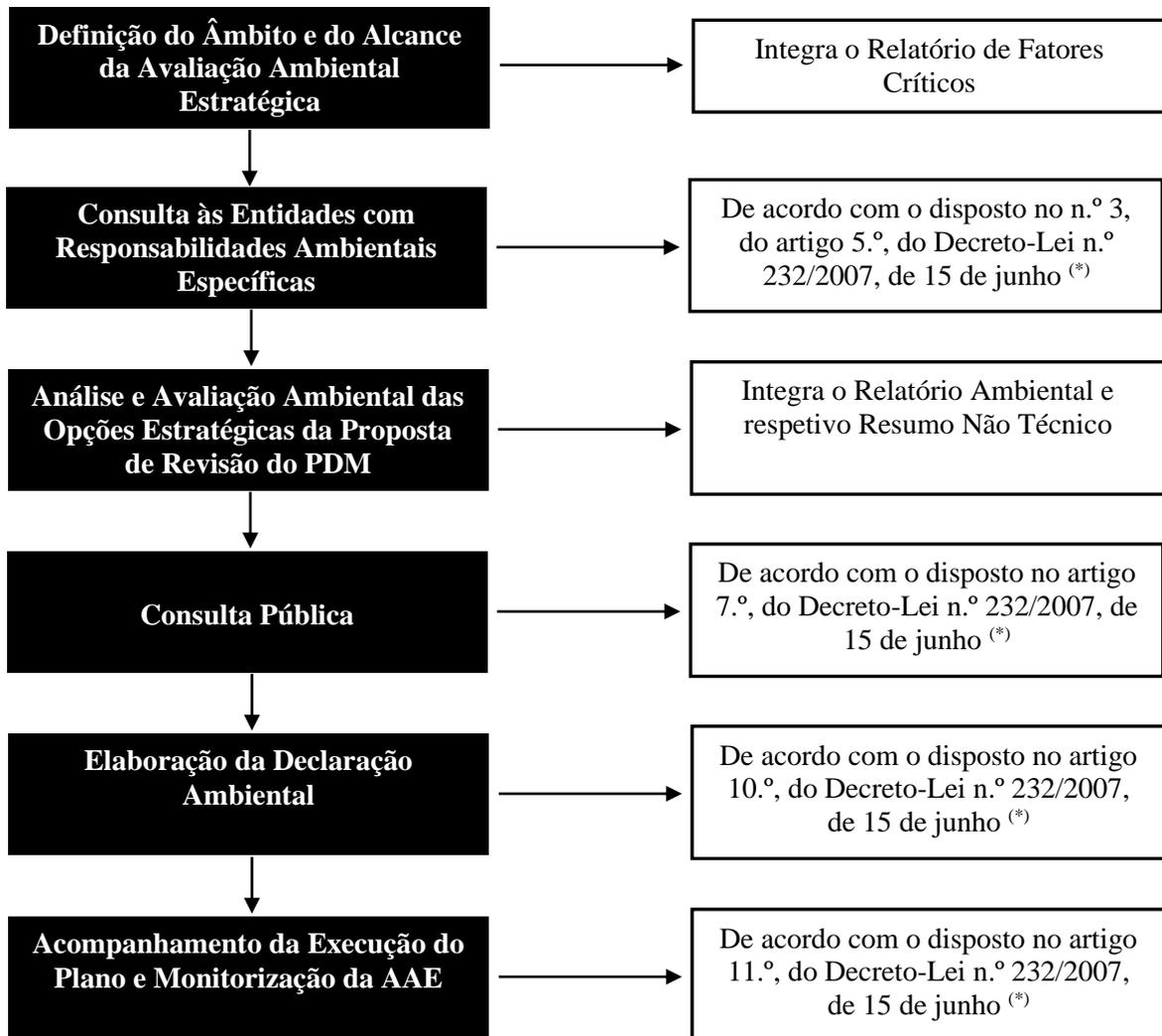


Figura 1 - Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica.

(*) - Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio

A AAE segue, metodologicamente, as linhas de orientação presentes no “*Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica*” (Partidário, 2012) e no documento de Orientação elaborado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) intitulado “*Guia Orientador – Revisão do PDM*” (CCDRC, 2019).

3. Âmbito de análise

O objeto de avaliação da presente AAE corresponde à **Proposta de Revisão do PDM de Tábua**.

O PDM de Tábua é um instrumento de gestão do território de âmbito municipal, integrado nos planos municipais de ordenamento do território, também designados por Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

Decorridos cerca de 26 anos após a entrada em vigor do PDM de Tábua, e tendo em consideração as mudanças que surgiram, quer ao nível sócio territorial, quer de enquadramento legal, surge a necessidade de avaliar os resultados da gestão territorial efetuada até à data como forma de preconizar novas estratégias e objetivos para o território.

De facto, decorrente dos fatores de mudança que aconteceram no território municipal de Tábua durante o período de vigência do PDM em vigor, existe então o imperativo da formulação de novos objetivos de desenvolvimento para o município. Neste contexto, foram tidos em consideração um conjunto de circunstâncias/fatores que participaram para a necessidade de revisão do PDM, e que se podem estruturar em três grandes grupos (Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - REOT, 2016):

“I – Vetores estratégicos:

- *Repensar o modelo e a estrutura subjacentes ao atual PDM;*
- *Articulação do plano com as estratégias supramunicipais introduzidas pelo POAA e pelo PROFPIN. O PDM ao estabelecer o modelo da estrutura espacial do território municipal deverá refletir a estratégia de desenvolvimento e ordenamento local e integrar opções de âmbito nacional e regional com incidência no território concelhio;*
- *Identificação e definição dos elementos estruturantes do território;*
- *Reforço das medidas tendentes ao equilíbrio social e ambiental, numa perspetiva da gestão efetiva e quotidiana do desenvolvimento sustentável do território;*
- *Atualização do conteúdo do plano e correção das deficiências e omissões;*
- *Agilização de mecanismos de operacionalização do plano, adequando-os à gestão urbanística que se pretende de resposta rápida e eficaz;*
- *Integração do conteúdo do plano em sistemas de informação geográfica, permitindo a introdução de mecanismos de monitorização do PDM.*

II – Objetivos estruturantes:

- *Definição de estratégias de desenvolvimento local;*
- *Redefinição do zonamento operativo do PDM, adequando-o a novas realidades do sistema socioeconómico;*
- *Reavaliação dos mecanismos de regulação e ocupação do solo, através da definição de usos e utilização do solo;*
- *Identificação das condicionantes espaciais dos processos de transformação do território e salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e ambientais;*
- *Definição da estrutura ecológica para efeitos de proteção e valorização ambiental municipal;*
- *Valorização dos recursos naturais;*
- *Identificação do concelho como um destino de turismo de natureza;*
- *Articulação das redes de equipamentos e infraestruturas.*

III – Objetivos de natureza instrumental:

- *A definição de critérios de gestão fundiária com introdução de mecanismos reguladores, designadamente a regulamentação de um regime de cedências e compensações e compatibilização de taxas urbanísticas, articulado com as disposições legais relativas a licenciamento de construção e de loteamentos, tendo como referência os impactos gerados por estas operações no território concelhio;*
- *A definição dos mecanismos de perequação nos termos da nova legislação urbanística em vigor;*
- *A introdução de correções e acertos nas peças desenhadas do PDM, com o maior rigor e detalhe que a cartografia em formato digital permite, sem prejuízo da escala de execução (1:25000);*
- *Eliminação de erros, entretanto detetados: designadamente atender a direitos adquiridos (caso de loteamentos licenciados) antes do PDM eficaz, adequação do zonamento proposto às características morfológicas e preexistências;*
- *Atualizações provocadas por ações e compromissos surgidos após aprovação do PDM;*
- *A definição e desenvolvimento de uma estrutura para posterior monitorização do Plano”.*

4. Definição do Âmbito da AAE

4.1. Questões Estratégicas

No decurso do processo de AAE, os objetivos estratégicos da proposta de revisão do plano, designados na proposta de regulamento, foram contemplados, adaptados e incorporados no quadro de objetivos mais específicos que assiste à análise de AAE. O Quadro seguinte estabelece a relação entre as opções estratégicas e os respetivos objetivos estratégicos.

Quadro 1 - Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Tábua.

| Opções Estratégicas | Objetivos Estratégicos |
|--|---|
| Valorização do Território e dos Recursos Naturais | <ul style="list-style-type: none"> - Ordenar o solo rural; - Planear, transformar e gerir o solo urbano, reavaliando a delimitação dos perímetros urbanos, atendendo às características físicas e urbanas existentes e planeadas, bem como às necessidades justificadas pelos indicadores relativos ao grau de ocupação / comprometimento visando fomentar potenciais dinâmicas de crescimento dos aglomerados existentes e reorientar a procura de edificação dispersa; - Proteger e valorizar o património edificado, natural e paisagístico; - Promover a reabilitação urbana; - Promover o aproveitamento das potencialidades locais de produção de energias renováveis, designadamente eólica, solar e biomassa; - Criação de espaços de recreio e lazer, que integrem áreas verdes, em articulação com os diferentes elementos de património natural e cultural apoiados por redes de percursos pedonais e cicláveis, de modo a constituir uma estrutura contínua que penetre nas áreas urbanas, contribuindo para a identidade dos espaços públicos através da complementaridade das funções existentes ou instalação de novas funções; - Melhorar a rede de infraestruturas básicas; - Prevenir e minimizar riscos; - Aumentar a visibilidade do concelho. |
| Apoiar e Dinamizar a Base Económica Local | <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a rede de serviços de apoio às empresas; - Melhorar a rede de infraestruturas de apoio às empresas; - Divulgar o potencial económico e empresarial do concelho; - Revitalizar o setor agrícola, pecuário e florestal; - Valorizar e promover os produtos endógenos; - Potenciar o turismo como elemento estruturante. |
| Equidade, Coesão Social e Desenvolvimento Sustentável | <ul style="list-style-type: none"> - Implementar políticas de coesão social; - Apoiar a qualificação dos recursos humanos; - Promover a valorização e integração profissional; - Otimizar a rede de equipamentos coletivos; - Potenciar e promover mais mobilidade e acessibilidades; - Fomentar uma cultura de empreendedorismo; - Fomentar a sustentabilidade ambiental. |

4.2. Fatores Críticos para a Decisão

Os FCD constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados na tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

O estabelecimento dos FCD pressupõe a análise integrada dos seguintes elementos:

- QRE, contexto macropolítico nacional em matéria de ambiente e sustentabilidade;
- Questões Estratégicas Fundamentais, também designadas por Opções Estratégicas (QE), identificadas na proposta de plano com potenciais implicações ambientais;
- Fatores Ambientais (FA), pertinentes para a avaliação.

A determinação dos FCD resulta, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do **QRE** preconizado e as **Opções Estratégicas** definidas na proposta de revisão do PDM de Tábua.

Da análise das relações existentes entre as duas componentes referidas e da integração dos FA, definidos no quadro legislativo², considerados importantes nesta avaliação, resultaram os **FCD**, que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão (Figura 2).

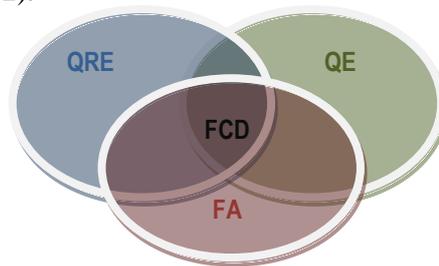


Figura 2 - Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD (adaptado de Partidário, 2007).

Os **FCD** constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados na tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

Para a proposta de revisão do PDM de Tábua foram definidos os seguintes FCD:

- Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
- Qualidade Ambiental
- Património Natural, Arqueológico e Cultural
- Riscos Ambientais e Tecnológicos

² Fatores ambientais definidos na alínea e) do n.º 1, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho

5. Análise e Avaliação Estratégica

5.1. FCD: Ordenamento do território, Desenvolvimento regional e Competitividade

5.1.1. Considerações prévias

A proposta de revisão do PDM de Tábua apresenta um conjunto de vetores estratégicos de desenvolvimento territorial que pretendem identificar e refletir sobre o conjunto de problemas e potencialidades existentes no município. Estes vetores estratégicos deverão constituir o suporte para a definição e implementação de políticas e de projetos estruturantes no território.

Sendo o PDM o principal instrumento de gestão territorial a nível municipal, no processo da sua revisão e no âmbito da AAE é essencial a análise de um FCD dedicado ao Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade. A análise deste FCD pretende identificar as potencialidades e/ou constrangimentos que a proposta de revisão do PDM de Tábua terá ao nível da organização territorial do concelho, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para esta revisão, sendo a análise balizada pelos objetivos de sustentabilidade definidos nesta AAE. Estes objetivos de sustentabilidade pretendem contribuir para um melhor e mais equilibrado ordenamento e estruturação do território e para um posicionamento estratégico e uma capacidade competitiva mais forte do município, face ao enquadramento regional onde se insere.

Neste contexto e no âmbito da análise deste FCD, definiram-se três grandes domínios de avaliação, de forma a permitir um enquadramento da análise suportada nos objetivos de sustentabilidade definidos, que se ilustram no quadro que se segue.

Quadro 2 - Domínios de Avaliação e Objetivos de Sustentabilidade do FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.

| Domínio de Avaliação | Objetivos de Sustentabilidade |
|---|--|
| Ordenamento do Território | Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território |
| | Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes |
| | Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana |
| | Promover a criação de centralidades urbanas |
| | Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intraconcelhias |
| Competitividade e Desenvolvimento Regional | Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional |
| | Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional |
| | Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego |
| | Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas |
| Qualidade de Vida | Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho |
| | Promover a qualificação do Espaço Público |
| | Qualificar a rede de Equipamentos de Utilização Coletiva |

5.1.2. Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua

A análise de oportunidades e ameaças previstas com a execução da proposta de revisão do PDM de Tábua (suportada pela análise anterior dos efeitos esperados) é apresentada de forma sumária no Quadro seguinte, evidenciando as questões que decorrem dos principais impactes significativos, positivos e negativos, produzidos pela referida proposta.

Quadro 3 – Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua no que respeita ao FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.

| Oportunidades | Ameaças |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do estado de ordenamento do território contribuindo para um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções e o sistema biofísico • Possibilidade de executar um desenho urbano estruturado, coerente e atrativo • Criação e requalificação de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturados e infraestruturados • Qualificação da rede de equipamentos de utilização coletiva | <ul style="list-style-type: none"> • Tendência para a desertificação dos aglomerados populacionais mais isolados • Aumento dos níveis de impermeabilização do solo • Baixa capacidade de atração de população e novas atividades empresariais |

No que diz respeito a este FCD as ameaças prendem-se essencialmente com a diminuição da população residente que se tem vindo a verificar. Além disso, apenas se destaca a necessidade de se inutilizar algum solo classificado como rústico, pela necessidade de criar novas áreas urbanizadas o que, por sua vez, irá aumentar os níveis de impermeabilização do solo.

No entanto os potenciais efeitos positivos significativos resultantes do processo de revisão do PDM de Tábua (analisados anteriormente neste FCD) permitem criar oportunidades para o concelho ao nível do ordenamento, desenvolvimento regional e competitividade.

Espera-se que a proposta de revisão do PDM de Tábua contribua para promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal desejáveis, potenciando os fatores e as oportunidades de desenvolvimento que decorrem da localização geográfica do município, do quadro de acessibilidades existente e programadas, da tradição e da dinâmica industrial e empresarial e da recente aposta na qualificação e valorização dos seus valores paisagísticos e ambientais.

5.2. FCD: Qualidade Ambiental

5.2.1. Considerações Prévias

A qualidade ambiental contribui decisivamente para a valorização territorial e através desta para o crescimento económico e competitividade (Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto³), constituindo um fator importante para a saúde pública, qualidade de vida da população humana e para o equilíbrio dos ecossistemas. Quando os critérios de qualidade ambiental são desde cedo introduzidos como desígnios a garantir através dos Instrumentos de Ordenamento do Território contribui-se para o desenvolvimento sustentável e o alcance de elevados níveis de competitividade.

Reconhecendo-se que a proposta de revisão do PDM de Tábua preconiza ações que envolvem direta e indiretamente questões determinantes para a qualidade ambiental, procede-se no âmbito da avaliação do presente FCD à sua análise, contextualizada por uma caracterização da situação atual da área sob influência do Plano, de forma a que, antecipadamente, e se necessário, possam ser projetadas intervenções mitigadoras ou planeadas medidas corretivas para as ações que eventualmente congreguem potenciais impactes ambientais negativos.

Neste âmbito, as questões que se anteveem como relevantes, ao nível deste FCD, são a gestão de resíduos, a gestão integrada da água, a prevenção da poluição sonora, a salvaguarda da qualidade do ar, e o uso eficiente de energia.

Quadro 4 – Domínios de avaliação e respetivos objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD – Qualidade Ambiental.

| Domínio | Objetivos de Sustentabilidade |
|-----------------|--|
| Resíduos | Promover uma política adequada de gestão de resíduos |
| Água | Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos |
| | Garantir serviços adequados de abastecimento de água para consumo humano |
| | Promover um consumo eficiente e racional do recurso água |
| | Garantir serviços adequados de drenagem e de tratamento de águas residuais |
| | Promover uma gestão eficiente das águas pluviais e residuais |
| Ruído | Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações |
| Ar | Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública |
| | Contribuir para a redução da poluição atmosférica |
| | Contribuir para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa |
| | Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos |
| Energia | Promover o aumento da eficiência energética |
| | Utilização racional de energia |
| | Promover a utilização de fontes de energia renovável (nomeadamente energia eólica, solar e biomassa) |

³ Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

5.2.2. Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a qualidade ambiental será afetada com a implementação da proposta de revisão do PDM de Tábua. Neste contexto, o quadro seguinte identifica as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de revisão do PDM de Tábua.

Quadro 5– Oportunidades e Ameaças resultantes da execução da proposta de revisão do PDM de Tábua no que respeita ao FCD – Qualidade Ambiental.

| Oportunidades | Ameaças |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do desempenho ambiental do município com aposta na criação de modelos de gestão empresarial mais sustentáveis do ponto de vista ambiental • Aumento dos níveis de consciencialização ambiental por parte das populações, uma vez que se prevê o desenvolvimento de projetos relacionados com a sensibilização e educação ambiental, nos vários domínios • Incentivar o hábito de participação e a adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário. • Melhoria do sistema de gestão de RS • Melhoria dos níveis de qualidade, atendimento, integração e eficiência dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de recolha e drenagem de águas residuais • Aposta em intervenções que promovam o uso eficiente da água • Aposta em intervenções que promovam a eco-eficiência energética (para iluminação) • Aposta em investimentos na área das energias renováveis • Requalificação da rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos | <ul style="list-style-type: none"> • Alterações climáticas poderão com grande probabilidade, acentuar os riscos de degradação da qualidade das massas de água, e também da sua disponibilidade • Setor do turismo pode aumentar a pressão sobre os recursos hídricos da região, especialmente durante a época de verão, quer pelo aumento dos consumos, quer pelo aumento do risco de contaminação das águas subterrâneas e superficiais |

5.3. FCD: Património Natural, Arqueológico e Cultural

5.3.1. Considerações Prévias

Para a conservação e valorização da biodiversidade, e do património natural no geral, interessa focar estrategicamente a avaliação num conjunto de matérias com particular incidência nas de conservação da biodiversidade, tomando em consideração os valores naturais mais significativos presentes no território municipal e o seu enquadramento no contexto mais regional.

Relativamente ao património cultural, este é determinante na memória e identidade de uma comunidade local pois é fruto das suas tradições e costumes bem como do seu património físico e factos históricos. A sua caracterização permite identificar quais os elementos e conjuntos construídos que representam testemunhos da história da ocupação e do uso do território e assumem especial interesse pois são condicionadores da dinâmica e vivências de um determinado território. O património arqueológico do município de Tábua constitui-se, pela sua qualidade e diversidade, como elemento de irrevogável valor na memória e identidade de uma comunidade, sendo objetivo da avaliação efetuada neste FCD analisar de que forma estão salvaguardados e valorizados na proposta de revisão do PDM estes elementos do Município.

Por outro lado, o desenvolvimento do setor do Turismo pode ser encarado como uma oportunidade de desenvolvimento concelhio, considerando a valorização do Património Natural, Arqueológico e Cultural.

Neste contexto definiram-se vários domínios de avaliação para o FCD em análise (Quadro 6), para os quais se apresentam os respetivos objetivos de sustentabilidade.

Quadro 6 – Domínio de avaliação definido para o FCD – Património Natural, Arqueológico e Cultural e objetivos de sustentabilidade.

| Domínio de Avaliação | | Objetivos de Sustentabilidade |
|---|--|---|
| Património Natural | Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas | Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas |
| | | Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural e paisagístico, em áreas classificadas |
| | | Evitar prejuízos em áreas classificadas e espécies protegidas |
| | Estrutura Ecológica Municipal | Promoção do contínuo natural através da correta delimitação da Estrutura Ecológica Municipal |
| | Gestão e Valorização da Conservação da Floresta | Assegurar a conservação de valores naturais fora do contexto do Sistema Nacional de Áreas Classificadas |
| | | Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta |
| Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais florestadas | | |
| Património Histórico e Cultural | Promover a valorização do património histórico e cultural | |
| | Conservar e valorizar o património cultural e edificado do concelho | |
| Desenvolvimento Turístico | Estruturar e Infraestruturar Espaços Vocacionados para Atividades Turísticas | |
| | Definir espaços atrativos que permitam a sua utilização para práticas de lazer | |
| | Incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, histórico e cultural | |
| | Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes | |

5.3.2. Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como o património natural, arqueológico e cultural será afetado com a implementação da proposta de revisão do PDM de Tábua.

Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças que a proposta de revisão do PDM de Tábua poderá provocar ao nível do FCD – Património Natural, Arqueológico e Cultural.

O quadro seguinte identifica as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de revisão do referido PDM.

Quadro 2 – Oportunidades e Ameaças resultantes da execução da proposta de revisão do PDM de Tábua no que respeita ao FCD – Património Natural, Arqueológico e Cultural

| Oportunidades | Ameaças |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do normativo legal relativo ao Plano Setorial da Rede Natura 2000 • Manutenção das espécies e habitats naturais presentes no SIC Carregal do Sal em estado favorável de conservação, através da correta aplicação das orientações de gestão definidas pelo PSRN2000 • Potencial natural do concelho que poderá contribuir para o desenvolvimento e promoção do turismo de natureza • Aposta no turismo diferenciado, encontrando modelos inovadores e que tirem partido da singularidade dos elementos naturais paisagísticos, patrimoniais e culturais presentes a nível concelhio que sejam potenciadores do desenvolvimento económico sustentável do concelho • Implementação de rotas e percursos pelas áreas naturais • Desenvolvimento e promoção do turismo de natureza, de montanha, de saúde, de gastronomia e de enoturismo • Desenvolvimento do turismo que possibilite uma projeção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as atividades económicas e sociais • Preservação da identidade concelhia, dinamização cultural e criação de uma cultura local que valorize o seu património • Desenvolvimento de campanhas de sensibilização que enalteçam as características únicas do concelho, orientadas para os valores da qualidade de vida e bem-estar • Área florestal de grande importância natural e socioeconómica • Criação e requalificação de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturados e infraestruturados • Promoção de uma capacidade atrativa do município no que respeita aos seus valores naturais | <ul style="list-style-type: none"> • Degradação do património cultural devido à falta de conservação • Falta de capacidade regeneradora da população, assim como da vitalidade social e económica |

5.4. FCD: Riscos Ambientais e Tecnológicos

5.4.1. Considerações Prévias

Qualquer ação executada pelo Homem tem um efeito sobre o Ambiente, efeito este que pode degradar a qualidade ambiental ou alterar as características paisagísticas de um território de forma significativa. Estes efeitos podem contribuir direta ou indiretamente para a ocorrência de situações de risco ambiental. A gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico e deve identificar e avaliar os riscos associados às diferentes atividades desenvolvidas. A tomada de medidas adequadas para gerir os riscos e, conseqüentemente, prevenir ou reduzir o impacto de potenciais acidentes ou situações de emergência deve assumir elevada importância em qualquer processo de gestão. Sendo assim, a previsão e prevenção de riscos ambientais e tecnológicos deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais.

A proposta em análise reporta à revisão do PDM de Tábua e pretende avaliar os impactos dos seus objetivos em função das características da região.

Para o FCD - Riscos Ambientais e Tecnológicos, os domínios em análise são: Incêndio, Acidentes Industriais, Erosão, Cheias/inundações.

A salvaguarda da ocorrência destes domínios contribuirá para a garantia da prevenção do risco para os ecossistemas e para o Homem bem como o seu controlo e acompanhamento devido contribuirão para o desenvolvimento de uma região mais sustentável.

Para auxiliar o nível de pormenorização da análise estratégica que se pretende efetuar identificaram-se os vários domínios de avaliação e objetivos de sustentabilidade associados face ao FCD - Riscos Ambientais e Tecnológicos, que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 8 – Domínios de avaliação definidos para o FCD – Riscos Ambientais e Tecnológicos, e respetivos objetivos de sustentabilidade

| Domínio de Avaliação | Objetivos de Sustentabilidade |
|------------------------------|--|
| Incêndio | Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios |
| | Reduzir o número de ignições |
| | Reduzir a área ardida |
| | Fomentar a compartimentação dos espaços florestais |
| | Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas |
| Acidentes Industriais | Prevenir a ocorrência de acidentes industriais |
| | Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais |
| | Garantir a adoção de procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada |
| Erosão | Aumentar os níveis de proteção do solo |
| | Adoção de práticas adequadas de utilização e conservação do solo |
| | Diminuir a probabilidade de ocorrência de erosão |
| Cheias/inundações | Aumentar os níveis de proteção do solo |
| | Minimizar o impacto das cheias |

| Domínio de Avaliação | Objetivos de Sustentabilidade |
|-----------------------------|---|
| | Controlar a impermeabilização do solo |
| | Racionalizar a expansão urbana |
| | Diminuir a probabilidade de ocorrência de cheia |

5.4.2. Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua

Com a proposta de revisão do PDM em análise, pretende-se organizar o espaço atendendo aos objetivos estratégicos de desenvolvimento, conservação e preservação dos recursos bem como de gestão territorial, promovendo um Concelho sustentável e de qualidade.

Para o FCD – Riscos Ambientais e Tecnológicos, e para a concretização da presente proposta de revisão ao PDM, estudaram-se as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o Plano permitirá concretizar no território. Pretende-se desta forma analisar os aspetos mais positivos bem como os negativos em resultado da revisão do PDM, como se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 9 – Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Tábua no que respeita ao FCD – Riscos Ambientais e Tecnológicos.

| Oportunidades | Ameaças |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de uma economia mais sustentável • Preservação e valorização da floresta • Preservação da componente florestal e garantia das características locais • Redução da pressão urbanística sobre áreas de inundação e reforço das medidas de prevenção e adaptação ao risco de cheia – decorrente da adoção das recomendações internacionais (IPCC) em matéria de desocupação de zonas inundáveis | <ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por ação antrópica • Em consequência do ponto anterior, redução da capacidade e dos índices de sumidouro de carbono • Possibilidade de ocorrência de cheia/inundação face às características do território em análise • Mobilização dos solos face à implementação de novos projetos • Risco de erosão dos solos em consequência da ocorrência de incêndios • Aumento expectável da ocorrência e intensidade de cheias progressivas e repentinas |

A presente proposta de revisão do PDM pretende uma valorização do território em estudo através da melhoria das condições económicas e sociais, do reordenamento do espaço e suas infraestruturas bem como da promoção das suas características naturais e paisagísticas como vetor de desenvolvimento turístico e aumento da competitividade na região.

No entanto, e resultado das características biofísicas do concelho, importa analisar cada uma das condicionantes e perceber qual o efeito do plano nas mesmas. As condicionantes associadas ao risco de incêndio e à probabilidade de ocorrência de cheias deverão ser alvo de acompanhamento adequado e monitorização para fazer face à probabilidade de degradação do ambiente natural. A implantação de novas estruturas ou equipamentos deverá ter em conta estas condicionantes naturais como forma de minimizar os efeitos das ações e aumentar a

conservação e preservação dos recursos, bem como servir de vetores de ordenamento no território naquela região.

As ações previstas preveem uma conservação e valorização dos valores naturais do território, dentro dos quais a componente florestal. No entanto, existem riscos associados, como sejam o de incêndio. Esta possibilidade acarretará destruição da biodiversidade bem como efeitos ao nível económico e social. Em consequência da ocorrência de incêndios também se registará uma degradação ao nível dos solos e das suas características. Na sequência destes eventos de incêndios florestais a dimensão da floresta sofrerá uma redução, facto que contribuirá para uma redução das quantidades de carbono capturadas, o que irá interferir com o equilíbrio entre emissão e captura de CO₂. Estando hoje todas as regiões prementes em virtude dos cenários de emissão de gases com efeito de estufa e das suas consequências, este aspeto torna-se essencial e serve como vetor de atuação face à prevenção de todas estas situações de risco. Todas as medidas de prevenção de incêndio devem ser estudadas e implementado um plano de prevenção e emergência face ao incêndio, com soluções de contingência em virtude de cenários distintos.

Ainda a referir que a implantação de novas estruturas ou equipamentos deverá ter em conta este risco e deverá atender ao estabelecido nos instrumentos com influências neste domínio como forma de minimizar os efeitos das ações e aumentar a conservação e preservação dos recursos, bem como servir de vetores de ordenamento no território naquela região. Salienta-se neste contexto o PMDFCI como um instrumento de gestão territorial no âmbito da preservação da floresta, nomeadamente nos seus elementos da Carta de Risco e das linhas orientadoras para a execução e manutenção das faixas de gestão de combustível aquando da intenção de execução de um qualquer projeto.

Outras medidas podem ser tomadas na prevenção de incêndios como manter certas áreas sem árvores (em zonas mais sensíveis) e optar por usar espécies que são mais resistentes aos fogos (e.g. bétola, carvalho roble) na envolvente das populações aquando da florestação. Um fator importante a considerar é a necessidade de sensibilizar, informar e controlar as populações acerca das espécies de árvores que podem e/ou devem plantar nos seus terrenos de forma a obter um esquema contra incêndios mais amplo (considerando toda a área florestada como um todo) e eficaz. Desta forma pode controlar-se a crescente exploração dos eucaliptos incentivando-se o cultivo de outras espécies, que possam estar em risco de extinção, recuperando as espécies naturais dos locais e ao mesmo tempo formar descontinuidades que previnem a rápida propagação dos incêndios. Deve ter-se em conta o valor da floresta dado a sua grande potencialidade a nível ambiental, económico e humano e como tal deve ser protegida e mantida.

É necessário, também, criar um conjunto de infraestruturas de apoio, nomeadamente postos de vigia com vigilantes, aeródromos, pontos de água terrestre, ponto de água mistos, ponto de água

aéreo. Para além destes equipamentos de apoio, deve haver uma rede estratégica de infraestruturas viárias que abranjam todo o concelho, tal como caminhos e aceiros e estradas e caminhos florestais acessíveis aos carros dos bombeiros.

Ressalva-se, no entanto, que as ações definidas no PMDFCI já estão em implementação bem como as diversas ações de sensibilização e informação que a autarquia desenvolve junto da população em geral com o intuito de alertar para os benefícios da presença do espaço florestal e de como este poderá ser conservado. Ainda sobre aquele instrumento importa referir que a sua elaboração, execução e revisão (por períodos de 10 anos ou anual) decorre de exigência legal, dando a Câmara Municipal cumprimento a este facto. Desta forma, dado o prazo de revisão, e como o PDM tem um tempo de vigência superior (10 anos), importa que aquele instrumento e os objetivos do PDM se acompanhem mutuamente, e que cada um deles seja reflexo do outro, pelo que se atenta para a necessidade de adaptação aquando de alterações/revisões realizadas.

O PMDFCI de Tábua refere que o concelho apresenta uma área significativa ocupada por espaços florestais sendo por isso motivo de atenção, devido ao risco que representam em termos de continuidade dos incêndios, aumentando assim a probabilidade de ocorrência de incêndios em maior extensão de área.

Ainda assim, dever-se-á atender a medidas de prevenção e minimização face a ocorrências de incêndio, nomeadamente ao cumprimento do definido no PMDFCI bem como às “condições gerais de edificabilidade” definidas na proposta de regulamento da revisão do PDM. De igual forma, o Plano Municipal de Emergência deverá atender a estes riscos sob pena de danos em pessoas e bens. Não se impondo nenhum imperativo legal nestes conflitos, eles não devem ser menosprezados e deverão ser evidenciados aquando da execução dos diferentes projetos.

6. Quadro de Governança para a Ação

O quadro de governança para a ação constitui um suporte fundamental para o sucesso do processo de implementação da proposta de revisão do PDM de Tábua, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se a governança “*como o conjunto de regras, processos e práticas relativas ao exercício do poder, em relação à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia*” (Partidário 2012), pretendeu-se estabelecer um quadro de governança que garanta o cumprimento dos objetivos definidos para cada um dos FCD, bem como a concretização das diretrizes propostas.

São assim identificadas as entidades e os agentes com competências específicas na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura implementação do PDM em avaliação (Quadro 10).

Quadro 10 – Quadro de Governança para a Ação.

| Entidades | Ações |
|--|--|
| Agência Portuguesa do Ambiente | <ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água superficial e subterrânea constante no SNIRH. - Apoiar a CM na fixação de distâncias de segurança para os estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, bem como na resolução de possíveis situações de conflito que possam ocorrer e definição de medidas técnicas que permitam a mitigação dos riscos. - Dar cumprimento ao estabelecido no âmbito do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro, mantendo a informação atualizada e disponível. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. |
| Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP | <ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados e divulgar os relatórios provisórios dos incêndios florestais. - Disponibilizar informação relativa ao estado de conservação dos valores naturais nas Áreas Classificadas. - Assegurar a execução das ações necessárias à manutenção em estado de conservação favorável dos valores naturais integrados nas Áreas Classificadas de acordo com o inscrito no diploma legal que define a missão e atribuições do ICNF, I.P (Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho). |
| Autoridade Nacional de Proteção Civil | <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais de proteção civil com o PMEPC. - Colaborar na informação e divulgação dos riscos de cheias/inundação bem como de acidentes graves. - Colaborar na elaboração de estudos sobre os diferentes tipos de risco e tipificar mecanismos de salvaguarda, em articulação com outras entidades. |
| Administração Regional da Saúde do Centro, IP | <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. |
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | <ul style="list-style-type: none"> - Colaborar na elaboração de estudos sobre os diferentes tipos de risco e tipificar mecanismos de salvaguarda, em articulação com outras entidades. - Desenvolver mecanismos estruturados e permanentes de circulação de informação entre entidades responsáveis pelo ordenamento do território e pela proteção civil, a nível regional e local, por forma a articular plenamente o ordenamento do território com a prevenção do risco. - Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade do ar. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. |
| Direção Geral do | <ul style="list-style-type: none"> - Proceder à monitorização e gestão das ações previstas para o desenvolvimento e |

| Entidades | Ações |
|---------------------------------------|---|
| Património Cultural | execução do Plano (como entidade que tutela os bens classificados) |
| Direção Regional de Cultura do Centro | - Monitorizar as intervenções relativas ao património, natural e cultural e património arqueológico |
| Câmara Municipal de Tábua | <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. - Colaborar na elaboração de estudos sobre os diferentes tipos de risco e tipificar mecanismos de salvaguarda, em articulação com outras entidades. - Elaborar cartas de risco, isoladamente ou em conjunto com outras entidades e /ou municípios. - Assegurar o programa de monitorização da qualidade da água para consumo humano, procedendo a análises periódicas dos parâmetros indicadores da qualidade da água. - Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. - Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. - Promover ações de formação e valorização profissional. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. |
| Juntas de Freguesia | <ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização de operações de gestão de resíduos. - Fomentar diferentes formas de participação pública. |
| População em geral | <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de consulta pública. |

7. Orientações para a implementação de um Plano de Controlo

Para que a proposta de revisão do PDM de Tábua apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foram desenvolvidas orientações para a implementação de um Plano de Controlo que visam assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, na fase de execução do plano. Nestas orientações encontram-se incluídas a maioria das medidas preconizadas anteriormente, na fase de avaliação de cada um dos FCD analisados.

Neste contexto, as orientações para a implementação de um Plano de Controlo inserem-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretendem acompanhar o ciclo de planeamento, programação e execução do PDM de Tábua.

Para cada um dos indicadores, foram definidas medidas de gestão ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que profetizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Importa que a aplicação das orientações definidas seja monitorizada através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º da Diretiva 2001/42/CE, de 25 de Junho, e no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), os resultados do previsto no Plano de Controlo deverão ser atualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável pela elaboração do Plano (Câmara Municipal de Tábua), serão divulgados pela entidade referida através de meios eletrónicos e posteriormente remetidos à APA.

Na sequência da monitorização anual exigida, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser avaliadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste destas mesmas medidas e metas, correspondendo este momento a uma revisão do Plano de Controlo da fase de seguimento.

A Figura 3 resume e identifica as etapas que devem ser seguidas durante a Fase de Seguimento do Plano.

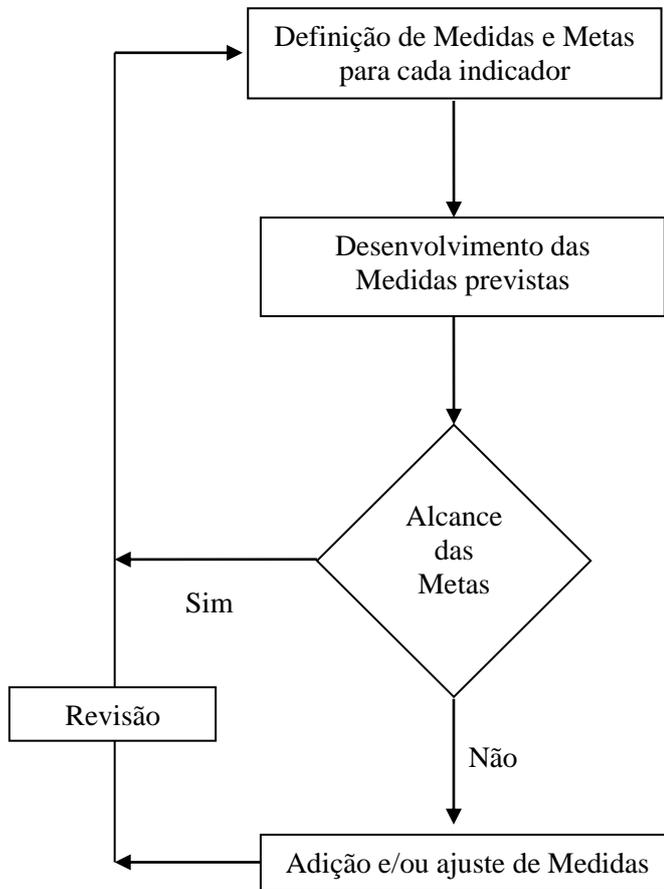


Figura 3 – Esquema concetual das etapas que constituem o Plano de Controlo da Fase de Seguimento.

O Quadro 11 apresenta os objetivos de sustentabilidade, os indicadores considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da proposta de revisão do PDM de Tábua, e define as medidas de gestão ambiental a desenvolver.

Quadro 11 – Orientações para a implementação do Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e medidas de gestão ambiental

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|---|------------------------------------|--|--|
| Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade | | | |
| Ordenamento do Território | | | |
| Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana | Uso do Solo | Percentagem de reclassificação do solo rústico em solo urbano | - Promover um equilibrado e estruturado ordenamento do solo rústico e do solo urbano - Promover o ordenamento do espaço agrícola - Salvar, preservar e valorizar cada um dos subsistemas que integram a REN e dos salvaguardar os solos agrícolas em especial os classificados como integrantes da RAN |
| | | Superfície agrícola cultivada/Superfície agrícola utilizada | |
| | | Área de produção agrícola em modo biológico | |
| Promover a criação de centralidades urbanas Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intraconcelhia | Organização espacial do território | Planos Municipais de Ordenamento do Território | Promover um equilibrado e estruturado ordenamento do solo rústico e do solo urbano |
| | | Área de Reabilitação Urbana Programas de ação de reabilitação urbana | - Promover políticas de reabilitação urbana |
| | Acessibilidades rodoviárias | Densidade da rede viária | - Promover um correto ordenamento, gestão e manutenção da Rede Viária e dos transportes coletivos intra e interconcelhia - Garantir, quer nos espaços públicos, quer nas estruturas edificadas, condições de acessibilidade adequadas que se enquadrem e respondam aos desafios da “acessibilidade para todos” |
| | | Projetos de melhoria de acessibilidades | |
| | | Transportes Coletivos | |
| Competitividade de Desenvolvimento Regional | | | |
| Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e | Atratividade empresarial | Espaços de Atividades Económicas | - Promover o correto ordenamento e gestão das áreas destinadas a espaços empresariais e industriais, tendo em conta a legislação que se possa aplicar de acordo com as indústrias a implantar - Promover a definição de espaços públicos e espaços verdes qualificados - Promover a oferta de espaços empresariais atrativos e com soluções ambientalmente sustentáveis, oferecendo todas as infraestruturas ambientais e tecnológicas disponíveis |
| | | Taxa de ocupação dos espaços de atividades económicas infraestruturados | |
| | | Intervenções de apoio à transformação e a comercialização de produtos agrícolas produzidos na exploração, nomeadamente a dinamização de novos mercados de destino para | |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|--|--|---|--|
| competitivas no contexto regional | | esses produtos | |
| Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas | Dinâmica Empresarial e Económica | Atividades económicas instaladas no concelho | - Promover políticas seletivas e diversificadas de atração e de fixação de novas atividades económicas |
| | | Empresas instaladas em Espaços de Atividades económica | - Promover e incentivar a instalação de empresas, nomeadamente empresas que possam ser consideradas exemplos e referências, quer do ponto de vista ambiental, quer da implementação de práticas de eficiência energética e do uso da água |
| Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego | Nível de empregabilidade e formação profissional | População residente, segundo a qualificação académica | - Promover ações de qualificação e formação profissional e em especial direcionada para a população ativa desempregada |
| | | Taxa de Atividade | - Promover a qualificação da população ativa desempregada |
| | | Taxa de Desemprego | - Promover o desenvolvimento de projetos que envolvam as principais unidades empresariais locais e os principais polos de conhecimento - Promover o aumento da taxa de emprego e de formação profissional - Criar condições para a existência de mais emprego no concelho - Criar condições para a fixação de empresas no concelho - Promover ações de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego |
| Qualidade de Vida | | | |
| Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho | Espaço Público | Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público | - Promover uma correta utilização e gestão do espaço público, qualificando-o e tornando-o atrativo e de fácil uso e acesso, pela generalidade da população |
| Promover a qualificação do Espaço Público | | Projetos de valorização do espaço rural | |
| Qualificar a rede de Equipamentos de Utilização Coletiva | Equipamentos de utilização coletiva | Equipamentos de Utilização Coletiva (desportivos, escolares, de saúde e de apoio social – pré-escolar e 3ª idade) | - Garantir o acesso generalidade à Rede de Equipamento de Utilização Coletiva - Promover uma correta gestão e utilização destes equipamentos integrando-os numa rede de espaços e percursos públicos que permitam a sua articulação |
| | | Equipamento de utilização coletiva que promovam a acessibilidade a cidadão com mobilidade condicionada | - Garantir a oferta de uma rede de Equipamentos de Utilização Coletiva diversificada, territorialmente distribuída e de qualidade reconhecida |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|--|---|--|---|
| Qualidade Ambiental | | | |
| Resíduos | | | |
| Promover uma política adequada de gestão de resíduos | Destino final dos resíduos produzidos | Produção de resíduos urbanos | - Monitorizar os resíduos valorizáveis e os que vão para aterro |
| | | Taxa de reciclagem | - Melhorar o sistema de recolha de resíduos indiferenciados |
| | | Contentores destinados a fluxos especiais (óleos alimentares, pneus, baterias, etc) | - Valorizar os resíduos recicláveis (Papel/cartão, vidro e embalagens) produzidos pelos grandes produtores (Escolas, comércio, indústrias, serviços e infraestruturas municipais) |
| | | Ações de educação/sensibilização na área dos resíduos | - Promover e incrementar melhores condições para o destino adequado dos resíduos passíveis de reciclagem, criando novas infraestruturas como pontos para recolha de óleos usados (para eletrodomésticos de pequena dimensão) |
| | | | - Promover a compostagem doméstica, nomeadamente nas freguesias rurais e realizar ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos urbanos no âmbito da recolha seletiva e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos |
| Água | | | |
| Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos | Poluição da água/Contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos | Qualidade da água superficial e subterrânea | - Garantir a preservação da faixa de proteção das linhas de água de modo a garantir a qualidade da água do meio |
| | | Investimento municipal ao nível da preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos | - Garantir o condicionamento dos usos do solo em áreas diretamente ligadas aos recursos hídricos, promovendo a sua valorização |
| Garantir serviços adequados de abastecimento de água para consumo humano | Infraestruturação ao nível do abastecimento de água | Consumo de água | - Promover ações de sensibilização de preservação dos recursos hídricos, assim como ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos |
| | | População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo | - Promover um investimento adequado ao nível da preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, quando tal se considerar necessário |
| | | | - Assegurar o uso racional e eficiente da água |
| | | | - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água |
| | | | - Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água |
| | | | - Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano |
| | | | - Efetuar obras diversas ao nível do sistema de abastecimento de água |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|--|---|--|---|
| | Cumprimento dos padrões de qualidade da água para abastecimento público | Análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação | para consumo humano, sempre que necessário (substituição de condutas de água e construção de depósitos de água) - Implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano, de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, nos sistemas de abastecimento que ainda não se encontram abrangidos - Monitorização contínua de todos os componentes que fazem parte do sistema de abastecimento |
| Garantir serviços adequados de drenagem e de tratamento de águas residuais | Infraestruturação ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais | População servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais Investimento municipal ao nível da gestão das águas residuais | - Assegurar que a população afeta à área territorial abrangida pelo PDM é servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais - Assegurar que os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada - Promover a renovação gradual das redes de saneamento - Corrigir as situações que potencialmente ponham em risco a saúde pública ou que sejam danosas para o meio ambiente, implementando as medidas/ações/intervenções que conduzam a uma percentagem de pelo menos 99% de resultados que estejam em conformidade com a legislação, relativamente ao número total de análises realizadas à qualidade da água |
| Promover uma gestão eficiente das águas pluviais e residuais | Gestão eficiente das águas residuais | Águas pluviais afluentes aos sistemas de drenagem de águas residuais | - Implementar medidas de erradicação de descargas de efluentes sem tratamento adequado de sistemas unitários, de sistemas separativos domésticos e de sistemas separativos pluviais - Implementar medidas de minimização de afluências pluviais aos sistemas unitários e aos sistemas separativos domésticos |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|---|------------------------------|--|---|
| | | <p>Percentagem de água (residual tratada, bruta e de consumo humano) usada na rega</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Nos edifícios públicos, substituição ou adaptação de torneiras convencionais (lavatórios, etc.) por dispositivos mais eficientes e com menor caudal de água (torneira com redutor de caudal, com dispositivo arejador, com fecho automático, etc.)¹ - Adequação de procedimentos na lavagem de pavimentos (utilização de mangueiras com dispositivos de controlo de caudal na extremidade de modo a permitir o rápido corte ou diminuição de caudal sem ter de se efetuar deslocação à torneira de alimentação do sistema)¹ - Utilização de limpeza a seco de pavimentos - substituição (parcial) de lavagem de pavimentos com água (mangueira), por métodos de limpeza a seco (vassoura / varredura automática)¹ - Realização de manutenção periódica dos sistemas de rega de forma a eliminar fugas¹ - Programação da altura da rega (antes das 8h00 e depois das 18h00), de forma a evitar perdas¹ - Selecionar espécies vegetais autóctones com resistência à seca e eliminar periodicamente espécies infestantes¹ |
| <p>Promover um consumo eficiente e racional do recurso água</p> | <p>Uso eficiente da água</p> | <p>Perdas no sistema de abastecimento</p> <hr/> <p>Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Efetivação da rega somente quando necessário (eventual instalação de sensores)¹ - Substituição de sistemas de rega menos eficientes por sistemas de rega de baixo consumo (no caso de zonas relvadas – sistema de aspersão, no caso de jardins – sistema gota-a-gota)¹ - Limitação ou proibição de utilização de água do sistema público de abastecimento, na lavagem de pavimentos, em jardins e similares, em piscinas, lagos, espelhos de água, campos desportivos campos de golfe e outros espaços verdes de recreio, em períodos de escassez¹ - Promover ações de sensibilização de poupança de água |
| Ruído | | | |
| <p>Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações</p> | <p>Poluição sonora</p> | <p>População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais</p> <hr/> <p>Reclamações por incomodidade sonora</p> <hr/> <p>Planos de redução de ruído</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Planos municipais de Redução de Ruído nas zonas sensíveis ou mistas com ocupação exposta a ruído ambiente exterior superior ao legalmente estabelecido (RGR) - Fiscalizar o cumprimento das normas previstas no Regulamento Geral do Ruído (RGR) - Realizar uma atualização do mapa de ruído, implementando medidas de minimização/eliminação de riscos |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|---|--|--|--|
| Ar | | | |
| Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública | Poluição atmosférica/Contaminação do ar e cumprimento dos requisitos legais | Qualidade do ar | - Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera, nomeadamente a utilização de meios de transporte mais sustentáveis (nomeadamente a ciclovía) - Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados |
| Contribuir para a redução da poluição atmosférica | | Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites | |
| Contribuir para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa | Mobilidade sustentável | Empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão | - Fomentar a multimodalidade nas deslocações urbanas, isto é, o incentivo à transferência do modo de transporte individual para os modos de transportes coletivo, pedonal e ciclista - Fomentar a utilização dos transportes coletivos |
| Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos | | Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável | |
| Energia | | | |
| Promover o aumento da eficiência energética Utilização racional de energia Promover a utilização de fontes de energia renovável (nomeadamente energia eólica, solar e biomassa) | Matriz energética | Consumo de energia | - Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético em edifícios e espaços públicos - Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos em edifícios e espaços públicos - Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE) - Fomentar investimentos na área das energias renováveis - Promover a introdução de veículos movidos a energias alternativas - Promover ações de sensibilização junto da população relativas à alteração de comportamentos e ao combate ao desperdício dos usos de energia em todas as suas vertentes, fomentando uma alteração de hábitos, essencial para garantir o bem-estar das populações, a competitividade da economia e a qualidade do ambiente - Promover um investimento adequado ao nível de soluções de ecoeficiência, quando tal se considerar necessário |
| | Eficiência energética | Projetos com adoção de soluções de ecoeficiência energética | |
| | | Investimento ao nível de soluções de ecoeficiência energética | |
| Adesão à produção de energia através de fontes renováveis | Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis (nomeadamente energia eólica, solar e biomassa) | | |

Património Natural, Arqueológico e Cultural**Património Natural – Áreas integradas no Sistema Nacional das Áreas Classificadas (SNAC)**

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|---|--|--|--|
| Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas | Manutenção do Património Natural e Biodiversidade em áreas do SNAC | Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas | <ul style="list-style-type: none"> - Preservar e valorizar as áreas pertencentes à Rede Natura - Sensibilizar a população para a conservação e valorização do património natural do concelho - Fomentar a implementação de ações de monitorização do estado de conservação das espécies e dos habitats existentes - Fomentar a implementação de ações de conservação das espécies e dos habitats prioritários sempre que, fundamentadamente pelo seu estado de conservação se justifique |
| Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural e paisagístico, em áreas classificadas | | Espécies ameaçadas e habitats prioritários | <ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a elaboração e implementação de um Plano de Gestão para a ZEC de Carregal do Sal, integrando as orientações de gestão específicas para espécies e habitats destas ZEC e da ZPE, referidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 - Fomentar o planeamento e execução de programas de sensibilização ecológica e de ações de educação ambiental - Fomentar o planeamento e execução de programas de turismo de natureza sustentáveis, suportados em trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados - Promover a divulgação do património natural e paisagístico |
| Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e sobre espécies protegidas | | | |
| Património Natural – Estrutura Ecológica Municipal | | | |
| Promoção do contínuo natural através da correta delimitação da Estrutura Ecológica Municipal | Promoção do contínuo natural através da delimitação da Estrutura Ecológica Municipal | Estrutura Ecológica Municipal | <ul style="list-style-type: none"> - Promover ações de conservação dos sistemas biofísicos, e dos elementos, que integram a EEM - Promover a reflorestação com espécies autóctones de reduzida combustibilidade nos espaços que compõem a EEM |
| | | Ações de recuperação do estado da Galeria ripícola | <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a promoção da salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas ribeirinhos |
| | | Ações de recuperação da floresta com espécies autóctones | <ul style="list-style-type: none"> - Promover a proteção dos leitos e respetivas margens das linhas de água, pela verificação da necessidade de obras de manutenção e de limpeza de margens, de forma a impedir a sua degradação ou, se esta já existir, a sua requalificação |
| Património Natural – Gestão e Valorização da Conservação da Floresta | | | |
| Assegurar a conservação de valores naturais fora do contexto do Sistema Nacional de Áreas | Promoção da gestão sustentável da floresta | Espaço florestal | <ul style="list-style-type: none"> - Promover a proteção e valorização da área florestal - Promover o ordenamento e proteção da floresta de acordo com as orientações do PROF-PIN e do PMDFCI |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|---|--|---|--|
| Classificadas Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta e Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais florestadas | | Zonas de Intervenção Florestal | - Implementação de Planos de Gestão Florestal - Promover ações de conservação das áreas florestais |
| Património Histórico, Arqueológico e Cultural | | | |
| Promover a valorização do património histórico, arqueológico e cultural Conservar e valorizar o património cultural e edificado do concelho | Preservação/Valorização do Património Histórico, Arqueológico e Cultural | Imóveis Classificados e Inventariados Sítios Arqueológicos Circuitos históricos e culturais Iniciativas de proteção e renovação do património rural, nomeadamente a recuperação e funcionalização do património rural construído complementado com recuperação de práticas e tradições culturais | Estabelecer boas práticas para a conservação do património arqueológico e cultural - Definir uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável para o município que envolva estratégias de animação ao nível cultural e de promoção do património arquitetónico e arqueológico - Criar uma rede de sítios e de acontecimentos com interesse para o turismo, o recreio e o lazer - Manter/Qualificar e Definir Percursos Pedestres e/ou Pistas Cicláveis que potenciem a promoção e a conservação dos sistemas naturais |
| Desenvolvimento Turístico | | | |
| Estruturar e Infraestruturar Espaços Vocacionados para Atividades Turísticas Definir espaços atrativos que permitam a sua utilização para práticas de lazer Incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, histórico e cultural Promover o desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes | Qualificar a rede de Infraestruturas e equipamentos de cariz turístico | Unidades de Alojamento Produtos de qualidade diferenciada Praias Fluviais e Outras infraestruturas e equipamentos de turismo e lazer Atividades de Turismo de Natureza/Turismo Rural Explorações com turismo rural Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental | - Promover iniciativas de sensibilização da população para a preservação dos espaços verdes de recreio e de lazer - Desenvolvimento de campanhas de comunicação que divulguem as ofertas turísticas do concelho, através do recurso a multimédia e redes sociais interativas - Promover as tradições e os costumes populares do município - Definir uma estratégia de desenvolvimento turístico, de recreio e lazer para o concelho - Promover o turismo de natureza e o turismo rural como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável - Promover uma correta gestão e utilização das infraestruturas e equipamentos de turismo e lazer, integrando-os numa rede de espaços e percursos públicos que permitam a sua articulação - Criar o roteiro de sítios com interesse ambiental e paisagístico do município |
| Riscos Ambientais e Tecnológicos | | | |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|---|--|---|--|
| Incêndio | | | |
| Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios Reduzir o número de ignições Reduzir a área ardida Fomentar a compartimentação dos espaços florestais Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas | Recursos florestais | Ocorrências Área ardida | - Garantir o cumprimento das medidas estabelecidas no PMDFCI de Tábua - Assegurar o cumprimento do estabelecido no Regulamento do PDM de Tábua no que reporta às condições de edificabilidade em espaço florestal - Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação - Garantir a dinamização das atividades do gabinete técnico florestal - Garantir o cumprimento das medidas estabelecidas no PMEPC de Tábua - Assegurar, no âmbito das responsabilidades de proteção civil da autarquia, o apoio às corporações com intervenção em caso de ocorrência de incêndio |
| | Estratégias de minimização de ocorrência de incêndios florestais | Levantamento dos edifícios de categoria de risco 3 e 4 do RJ-SCIE Ações/programas previstos nos Eixos Estratégicos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Tábua | |
| | Edifícios e estado de conservação | Ocorrência de incêndios industriais Edifícios afetados | |
| | Estratégias de desenvolvimento industrial | Indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade de SCIE | |
| | Meios de prevenção e socorro | Corporação de agentes envolvidos no combate a incêndios (bombeiros, proteção civil, outros) | |
| Acidentes Industriais | | | |
| Prevenir a ocorrência de acidentes industriais Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais Garantir a adoção de procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada | Situações de derrame Solo contaminado | Ocorrência de derrame | - Garantir o cumprimento do estabelecido no PME e no Regulamento de Planos de Pormenor - Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo e das águas subterrâneas em fase de construção e seguimento de projetos - Assegurar que, nos casos de instalação de atividades de carácter perigoso (nomeadamente as da Diretiva SEVESO) ou insalubre a que legalmente corresponda a constituição de áreas envolventes de proteção impeditivas ou fortemente condicionadoras da edificação ou dos usos, tal instalação só possa ser autorizada em prédios cuja dimensão permita que neles fiquem totalmente contidas as referidas áreas de proteção ² - Garantir a definição e implementação das distâncias de segurança exigidas para os estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, bem como a adoção de medidas técnicas |
| | | Solo contaminado | |
| | Situações de explosão | Ocorrências de explosão | |
| | Prevenção de acidentes graves Estratégias de minimização face à ocorrência de acidentes industriais | Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de agosto, por classificação de perigosidade | |
| | | Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de agosto Área condicionada pela presença de estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (ha), sendo essa área estabelecida pelas zonas de perigosidade | |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|--|---|--|---|
| | | associadas ao estabelecimento abrangido por esse diploma | complementares - Identificação dos estabelecimentos abrangidos pela diretiva PCIP |
| Erosão | | | |
| Aumentar os níveis de proteção do solo Adoção de práticas adequadas de utilização e conservação do solo Diminuir a probabilidade de ocorrência de erosão | Solo | Área com risco de erosão | - Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos. - Controlar os processos de erosão fluvial através da manutenção e/ou promoção da vegetação ripícola, entre outros processos. - Assegurar a conservação do solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfológicos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial e a redução da perda do solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água. - Garantir o estabelecido no PMDFCI de Tábua no que se refere à reflorestação. |
| | | Uso do solo em áreas com risco de erosão | |
| | Estratégias de prevenção e minimização face à ocorrência de situações de erosão | Ocorrência de erosão | |
| | | Medidas de contenção face à ocorrência de erosão | |
| Cheias | | | |
| Minimizar o impacto das cheias Aumentar os níveis de proteção no solo Controlar a impermeabilização do solo Racionalizar a expansão urbana Diminuir a probabilidade de ocorrência de cheia | Situações de cheias ou inundação | Ocorrência de cheias/inundação | - Garantir o cumprimento de boas práticas de proteção do solo e dos ecossistemas no que se refere a solos com características passíveis de inundação, em fase de construção e de seguimento de projetos - Promoção da salvaguarda de ocupações ou atividades em zonas de cabeceiras de linhas de água que prejudiquem a infiltração das águas e acelerem o escoamento superficial - Garantia das condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água em situação de leito normal ou de cheia - Sempre que se esgotarem as possibilidades de adoção de medidas não estruturais deverá ser estudada a viabilidade técnica e económica da minimização dos efeitos das cheias e inundações através da adoção de medidas estruturais, nomeadamente bacias de retenção, laminagem de cheia e diques de proteção - Salvaguardar que as zonas ameaçadas pelas cheias delimitadas no âmbito da REN, se articulam com as demarcadas no âmbito do PMEPC de Tábua - Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação - Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e |
| | | Zonas Ameaçadas pelas Cheias | |
| | | Infraestruturas afetadas | |
| | Grau de impermeabilização do solo Gestão territorial | Área impermeabilizada | |
| | | Edifícios sensíveis em áreas de risco de cheia | |
| | | Normas de controlo da impermeabilização do solo | |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|---|--|---|---|
| | | | preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos |
| Alterações climáticas | | | |
| Minimizar o impacto das alterações climáticas | • Medidas de adaptação | Ações de sensibilização para as medidas de adaptação às alterações climáticas | - Elaborar e implementar o Plano Municipal de Alterações Climática (PMAC) |
| | | Superfície agrícola com intervenções de gestão para apoio à manutenção da biodiversidade e/ou paisagem | |
| Agentes bióticos nocivos | | | |
| Minimizar o impacto dos agentes bióticos nocivos | • Medidas de mitigação e combate | Área afetada por agentes bióticos nocivos | - Elaborar e implementar o Plano Municipal de Alterações Climática (PMAC) |
| | | Ações de sensibilização para identificação e mitigação dos diferentes agentes | |
| | | Ações de combate executadas | |
| Suscetibilidade à desertificação | | | |
| Minimizar o impacto em áreas do território com maior suscetibilidade à desertificação | • Índice de qualidade do solo • Quantidade de precipitação e distribuição ao longo do ano • Tipo de coberto vegetal • Forma de utilização do solo [com ou sem intervenção humana] | Investimentos, boas práticas levadas a cabo nas áreas em causa | - Elaborar e implementar o Plano Municipal de Alterações Climática (PMAC) - Elaborar Estratégia municipal para a atração e fixação de gentes e de investimento no território do município. |
| | | Sessões de divulgação e explicação das medidas práticas implementadas, juntos agentes económicos e população em geral | |
| | Ações teóricas e demonstrativas de técnicas de conservação do solo e da água | | |
| | • Grau de sensibilização da população para a problemática da desertificação, seu significado e impacto | Sessões públicas conduzidas e moderadas | |

| Objetivos de sustentabilidade | Critério | Indicadores | Medidas |
|-------------------------------|---|--|---------|
| | sobre o território e economia | | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Fixação da população ativa nos meios rurais | Sessões públicas organizadas pela Câmara Municipal para discutir problemas sentidos pela população em relação ao seu território e atividades aí praticadas | |

¹ – Medidas propostas no âmbito do PNUEA

O Quadro seguinte dá continuidade ao Plano de Controlo estabelecido no Quadro 11, focando os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Tábua face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia.

Apesar de não ter sido possível obter o valor base, para todos os indicadores identificados, considera-se importante, em alguns casos particulares, desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização, pelo que foram incluídos no Quadro 12.

Quadro 12 – Orientações para a implementação do Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município.

| Indicador | Unidade | Valor Base para o município | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte | Periodicidade | Metas pretendidas para o Município |
|---|-------------------------------|-----------------------------|--|---------------|------------------------------------|
| FCD _ Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade | | | | | |
| Ordenamento do Território | | | | | |
| Percentagem de reclassificação do solo rústico em solo urbano | % | 32,8 | 2020/CMT | Anual | 32,8 |
| Superfície agrícola cultivada / SAU | ha | 1.942 | 2019/INE | Anual | 1.942 |
| Área de produção agrícola em modo biológico | ha | 24,45 | 2019/CMT | Anual | 50 |
| Planos Municipais de Ordenamento do Território | N.º | 3 | 2020/SNIT | Anual | 3 |
| Área de Reabilitação Urbana | N.º/ha | 1 / 115,8 | 2020/CMT | Anual | 1 |
| Projetos e Ações de Reabilitação Urbana | Nº/Tipo | 4 | 2016/REOT | Anual | 4 |
| Densidade da rede viária municipal e nacional | Km | 301,27 | 2019/PMDFCI | Anual | + 5% |
| Projetos de melhoria de acessibilidades | N.º | 2 | 2020/CMT | Anual | 3 |
| Transportes Coletivos | Rodoviário concelhio | 7 | 2011/CMT | Anual | 8 |
| | Rodoviário de longa distância | 3 | 2020/Expresso | | 5 |
| | Escolar | 3 | 2020/CMT | | 5 |
| Competitividade e Desenvolvimento Regional | | | | | |
| Taxa de ocupação dos espaços de atividades económicas | % | 100 | 2020/CMT | Anual | 100 |
| Intervenções de apoio à transformação e a comercialização de produtos agrícolas produzidos na exploração, nomeadamente a dinamização de novos mercados de destino para esses produtos | N.º | 2 | 2019/CMT | Anual | 2 |
| Atividades económicas instaladas no concelho | N.º | 994 | 2014/INE | Anual | + 10% |
| Empresas instaladas em Espaços de Atividades Económicas | N.º e tipologia | 16 | 2020/CMT | Anual | 20 |
| População residente segundo a qualificação académica | Nenhum nível de escolaridade | 8 | 2011/INE | Anual | 8 |
| | Ensino Básico | 66 | | | 66 |
| | Ensino Secundário | 16 | | | 16 |
| | Ensino Pós-Secundário | 1 | | | 1 |
| | Ensino Superior | 8 | | | 8 |
| Taxa de Atividade | % | 41,40 | 2011/INE | Anual | 42,50 |
| Taxa de Desemprego | % | 11,51 | 2011/INE | Anual | 7,50 |
| Qualidade de Vida | | | | | |
| Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público | N.º | 7 | 2020/CMT | Anual | 10 |
| Projetos de valorização do espaço rural | N.º | 1 | 2020/CMT | Anual | 2 |
| Equipamentos de utilização coletiva (desportivos, escolares, de saúde e de apoio social – pré-escolar e 3ª idade) | N.º | 70 | 2017/CMT | Anual | 70 |

| Indicador | Unidade | Valor Base para o município | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte | Periodicidade | Metas pretendidas para o Município | |
|--|---------------------|-----------------------------|--|--------------------|------------------------------------|---|
| Equipamentos de utilização coletiva que favoreçam a mobilidade condicionada | N.º | 30 | 2020/CMT | Anual | 30 | |
| FCD – Qualidade Ambiental | | | | | | |
| Resíduos | | | | | | |
| Produção de resíduos urbanos | Ton/hab | 4.116 | 2013/ INE | Anual | Reduzir 5% | |
| Taxa de reciclagem | % | 12,5 | 2018/ INE | Anual | 64% ⁴ | |
| Contentores destinados a fluxos de resíduos especiais | N.º | 23 | 2020/CMT | Anual | + 10% | |
| Ações de educação/sensibilização na área dos resíduos | N.º | 2 | 2020/CMT | Anual | 2 | |
| Água | | | | | | |
| Qualidade da água superficial | Classe | Boa | 2013/SNIRH | Anual | Excelente ¹ | |
| Qualidade da água subterrânea | Classe | Bom | 2016/ PGRHVML | Anual | A1 ¹ | |
| Investimento municipal ao nível da preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos | € | 0 | 2018/INE | Anual | * | |
| Consumo de água | m ³ /hab | 38,2 | 2017/PORDATA | Anual | Reduzir em 5% | |
| População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo | % | 100 | 2009/INE | Anual | 100 | |
| Análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação | % | 99 | 2018/INE | Anual | 99 ² | |
| População servida por sistemas de drenagem de águas residuais | % | 60 | 2020/CMT | Anual | 95 ² | |
| População servida por sistemas de tratamento de águas residuais | % | 58 | 2020/CMT | Anual | 95 ² | |
| Investimento municipal ao nível da gestão das águas residuais | € | 0 | 2018/INE | Anual | * | |
| Águas pluviais afluentes aos sistemas de drenagem de águas residuais | % | * | * | Anual | * | |
| Percentagem de água usada na rega | Residual tratada | 0 | 2020/CMT | Anual | * | |
| | Bruta | 0 | 2020/CMT | | * | |
| | Consumo humano | 25,6 | 2020/CMT | | * | |
| Perdas reais no sistema de abastecimento público de água (água não faturada) | % | 20 | 2012/Águas do Planalto | Anual | 15% ³ | |
| Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água | N.º | 1 (folheto) | 2020/CMT | Anual | 1 | |
| Ruído | | | | | | |
| População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais | <i>Lden</i> | <55 dB (A) | % | 2018/Mapa de Ruído | Anual | * |
| | | 55 – 65 dB (A) | | | | * |
| | | >65 dB (A) | | | | * |
| | <i>Ln</i> | <45 dB (A) | | | | * |
| | | 45 – 55 dB (A) | | | | * |
| | | >55 dB (A) | | | | * |
| Reclamações por incomodidade sonora | N.º | 2 | 2019/CMT | Anual | 0 | |

| Indicador | Unidade | Valor Base para o município | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte | Periodicidade | Metas pretendidas para o Município | |
|--|--|---|--|---------------|------------------------------------|---------------|
| Planos de redução de ruído | N.º | 0 | 2020/CMC | Anual | * | |
| Ar | | | | | | |
| Qualidade do ar | Classe | Bom | 2016/QUALAR | Anual | Muito bom | |
| Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites | Ozono – Limiar de Alerta à população | 5 | 2015/QUALAR | Anual | 0 | |
| | Ozono – Limiar de Informação à população | 32 | | | 0 | |
| | Dióxido de Azoto – Alerta | 0 | | | 0 | |
| | Dióxido de Enxofre - Alerta | 0 | | | 0 | |
| | Partículas <10µm | 7 | | | 0 | |
| Empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão | N.º | 1 | 2012/APA | Anual | 1 | |
| Investimento ao nível da proteção da qualidade do ar | € | 0 | 2020/CMT | Anual | * | |
| Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável | N.º | 3 | PAMUS | Anual | 5 | |
| Energia | | | | | | |
| Consumo de energia elétrica | Energia elétrica | Kwh/ano | 35.785.693 | 2018/INE | Anual | Reduzir em 5% |
| | Gás natural | Nm³/ano | 0,100 | 2018/INE | Anual | + 5% |
| Projetos com adoção de soluções de ecoeficiência energética | N.º | 7 | 2015/PAEE | Anual | 15 | |
| Investimento ao nível de soluções de ecoeficiência energética | € | 946.378,4 | 2015/PAEE | Anual | +20% | |
| Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis | tep/ano | 0 | 2020/CMT | Anual | 16.809,3 | |
| FCD _ Património Natural, Arqueológico e Cultural | | | | | | |
| Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas | | | | | | |
| Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas | Tipo, ha e % | Sítio PTCON0027 Carregal do Sal 370,23 ha, 4% no concelho | RCM n.º 115-A/2008 e ICNF | Anual | Manter | |
| Espécies ameaçadas e protegidas | N.º e espécie / tipo | 2 Espécies protegidas | RCM n.º 115-A/2008, ICNF | Anual | Manter | |
| Habitats | N.º e tipo | 4 | RCM n.º 115-A/2008, ICNF | Anual | Manter | |
| Estrutura Ecológica Municipal | | | | | | |
| Estrutura Ecológica Municipal | Tipo e ha | 15.027 | 2020/CMT | Anual | 15.027 | |
| Ações de recuperação do estado da galeria ripícola | N.º e tipo | 3 | 2019/CMT | Anual | 5 | |
| Ações de recuperação da floresta com espécies autóctones | N.º e tipo | 1 | 2019/CMT | Anual | 5 | |
| Gestão e Valorização da Conservação da Floresta | | | | | | |
| Espaço florestal | ha | 13.076 | 2020/CMT | Anual | 13.076 | |
| Zonas de Intervenção Florestal | N.º e ha | 3/23124,32 | PMDCI (2019-2028) | Anual | 3/23124,32 | |

| Indicador | Unidade | Valor Base para o município | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte | Periodicidade | Metas pretendidas para o Município | |
|--|----------------------|-----------------------------|--|--------------------|---|----|
| Património histórico, arqueológico e cultural | | | | | | |
| Imóveis Classificados | N.º | 10 | 2020/DGPC | Anual | 10 | |
| Sítios Arqueológicos | N.º | 66 | 2020/DGPC | Anual | 66 | |
| Circuitos históricos e culturais | N.º | 2 | 2016/REOT | Anual | 5 | |
| Iniciativas de proteção e renovação do património rural, nomeadamente a recuperação e funcionalização do património rural construído complementado com recuperação de práticas e tradições culturais | N.º | 1 | 2019/CMT | Anual | 2 | |
| Desenvolvimento turístico | | | | | | |
| Espaços de ocupação turística | ha | 50,5 | 1920/CMT | Anual | 50,5 | |
| Unidades de alojamento | Empreendimentos | N.º | 10 | 2020/TP, IP | Anual | 15 |
| | Alojamento local | N.º | 38 | 2020/TP, IP | Anual | 50 |
| Explorações com turismo rural | N.º | 7 | 2020/TP, IP | Anual | 10 | |
| Produtos de qualidade diferenciada | N.º | 5 | 2020/DRAPC | Anual | 10 | |
| Praias fluviais | N.º | 2 | 2017/CMC | Anual | 2 | |
| Outras infraestruturas e equipamentos de turismo e lazer | N.º | 6 | 2017/CMT | Anual | 10 | |
| Atividades de turismo de natureza/turismo rural | N.º | 6 | 2020/SIGTUR | Anual | 6 | |
| FCD _ Riscos Ambientais e Tecnológicos | | | | | | |
| Risco Incêndio | | | | | | |
| Número de ocorrências | Incêndios Florestais | N.º/ano | 7 | 2018/PMDFCI CMT | Anual | 0 |
| | Incêndios Urbanos | | - | | | |
| Área florestal ardida | ha/ano | 0,6 | 2018/ PMDFCI | Anual | 0 | |
| Levantamento dos edifícios de categoria de risco 3 e 4 do RJ-SCIE | N.º/ano | * | * | Anual | * | |
| Número de ações/programas previstos nos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Tábua cumpridos | N.º | 9 | 2020/CMT | Anual | As definidas no plano operacional anual | |
| Ocorrência de incêndios industriais | N.º | 0 | 2020/CMT | Anual | 0 | |
| Edifícios afetados | N.º | 0 | 2020/CMT | Anual | 0 | |
| Indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade de SCIE | N.º | 9 | 2020/CMT | Anual | 9 | |

| Indicador | Unidade | Valor Base para o município | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte | Periodicidade | Metas pretendidas para o Município |
|---|--------------------|---|---|----------------------|---|
| Corporação de agentes envolvidos no combate a incêndios | N.º | 17 | 2019/2028 PMDFCI | Anual | Manter |
| Acidentes Industriais | | | | | |
| Ocorrências de derrame | N.º/ano | 0 | 2020/CMT | Anual | 0 |
| Solo contaminado em resultado de ocorrência de derrame | ha/ano | 0 | 2020/CMT | Anual | 0 |
| Acidentes com transporte de matérias perigosas | N.º | 0 | 2020/CMT | Anual | 0 |
| Ocorrências de explosão | N.º/ano | 0 | 2020/CMT | Anual | 0 |
| Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de agosto, por classificação de perigosidade | N.º | 1 | 2018/PMEPC | Anual | * |
| Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de agosto | ha | 9,35 | 2020/CMT | Anual | 9,35 |
| Área condicionada pela presença de estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (ha), sendo essa área estabelecida pelas zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento abrangido por esse diploma | m | 400 | 2020/CMT | Anual | 400 |
| Erosão | | | | | |
| Área com risco de erosão | ha | 11.022,16 | 2020/CMT | Anual | 11.022,16 |
| Uso do solo em áreas com risco de erosão | Tipologia de uso/% | Florestal – 81,5 Agrícola – 12,5 Restante - 6 | 2020/CMT | Anual | Florestal – 81,5 Agrícola – 12,5 Restante - 6 |
| Ocorrência de erosão | N.º eventos | 0 | 2020/CMT | Anual | 0 |
| Medidas de contenção face à ocorrência de erosão | N.º | 10 | 2018/PMEPC | Anual | * |
| Risco Cheia | | | | | |
| Ocorrência de cheias/inundação | N.º/ano | 0 | 2020/CMT | Anual | 0 |
| Zonas Ameaçadas pelas Cheias | ha | 309,42 | 2020/CMT | Anual | 309,42 |
| Área impermeabilizada | ha | * | * | Anual | * |
| Edifícios sensíveis em áreas com risco de cheias/inundação | N.º | 0 | 2020/CMT | Anual | 0 |
| Normas de controlo da impermeabilização do solo | N.º | 4 | 2020/CMT | Anual | 5 |
| Alterações climáticas | | | | | |
| Ações de sensibilização para as medidas de adaptação às alterações climáticas | Nº | 1 | 2019/CMT | Anual | 2 |
| Superfície agrícola com intervenções de gestão para apoio à manutenção da biodiversidade e/ou paisagem | ha | - | - | Anual | * |
| Agentes bióticos nocivos | | | | | |
| Área afetada por agentes bióticos nocivos | ha | - | - | Anual | * |
| Ações de sensibilização para identificação e mitigação dos diferentes agentes | Nº | 2 | 2020/CMT | Anual | 4 |
| Ações de combate executadas | Nº | - | - | Anual | * |

| Indicador | Unidade | Valor Base para o município | Ano a que se refere o Valor Base/Fonte | Periodicidade | Metas pretendidas para o Município |
|--|----------------|------------------------------------|---|----------------------|---|
| Suscetibilidade à desertificação | | | | | |
| Investimentos, boas práticas levadas a cabo nas áreas em causa | Nº | - | - | Anual | * |
| Sessões de divulgação e explicação das medidas práticas implementadas, juntos agentes económicos e população em geral | Nº | 0 | 2021/CMT | Anual | 1 |
| Ações teóricas e demonstrativas de técnicas de conservação do solo e da água | Nº | 0 | 2021/CMT | Anual | 1 |
| Sessões públicas conduzidas e moderadas | Nº | 0 | 2021/CMT | Anual | 1 |
| Sessões públicas organizadas pela Câmara Municipal para discutir problemas sentidos pela população em relação ao seu território e atividades aí praticadas | Nº | 0 | 2021/CMT | Anual | 1 |

* Indicadores importantes para efeitos de monitorização, na Fase de Acompanhamento/Seguimento do Plano (não tendo sido atribuída nenhuma meta), recomendando-se, quando necessário, a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização.

1 – Metas definidas no PGRH VML, 3º Ciclo, Relatório Ambiental

2 – No âmbito da AAE, foram apresentadas metas para estes indicadores, no entanto, importa ressaltar de que o seu cumprimento não depende, somente, da atuação da Câmara Municipal, mas da complementaridade das atuações conjuntas realizadas entre a Câmara Municipal e o prestador de serviço.

3 – PENSAARP

4 - PERSU: Taxa de reciclagem: 65% até 2035

5 – PERSU: Deposição de RU em aterro: 10% do total de RU, até 2035

8. Considerações Finais

O presente relatório serve de base à segunda fase do processo de AAE da proposta de revisão do PDM de Tábua. A caracterização do objeto de avaliação foi desenvolvida tendo por base a informação disponível, estando metodologicamente adaptada ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta de revisão do PDM de Tábua.

No processo de AAE foram tidas em consideração três Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Tábua: Valorização do Território e dos Recursos Naturais; Apoiar e Dinamizar a Base Económica Local; Equidade, Coesão Social e Desenvolvimento Sustentável.

Estas opções e os respetivos objetivos estratégicos, associadas ao conhecimento dos FA determinantes para a área, e ainda, a um conjunto de instrumentos que constituem o QRE para o plano, suportaram a determinação dos quatro FCD analisados: “*Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade*”; “*Qualidade Ambiental*”; “*Património Natural, Arqueológico e Cultural*” e “*Riscos Ambientais e Tecnológicos*”.

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o QRE para a AAE. De facto, ao nível das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM denota-se a convergência com os objetivos propostos nos diversos instrumentos de cariz ambiental definidos no QRE, facto reforçado através do regulamento da proposta de revisão do Plano, obrigando ao cumprimento de determinadas medidas que garantam a sustentabilidade ambiental.

Na avaliação efetuada não foram evidenciados/identificados impactes ambientais negativos significativos que não possam ser alvo da aplicação de medidas de gestão ambiental, subjacentes à aplicação das diretrizes de seguimento, e apresentadas nas orientações para a implementação de um Plano de Controlo.

O RA a que o presente RNT se refere, enquanto elemento que acompanha o processo de revisão do PDM de Tábua, deverá progredir com a evolução da sua elaboração, refletir a análise conducente aos aspetos supra evidenciados, de forma a expressar a forma como se promove a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano e/ou se fomenta a adoção de medidas que visem minimizar os efeitos da execução do Plano dos quais decorram impactes negativos significativos.

Neste contexto, foram propostas no RA, para cada FCD, orientações de seguimento assentes numa lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma avaliação permanente e ambientalmente correta da sua atuação. Evidencia-se assim a importância do acompanhamento da implementação da Revisão do PDM de Tábua, através da atualização periódica do Plano de Controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de

sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do município.

Considera-se que será, assim, promovida significativamente a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida das populações locais, assente nas medidas previstas para potenciar a valorização ambiental e territorial do município de Tábua.

O RA, acompanhado do presente RNT, estará sujeito a consulta pública e das entidades competentes em razão de matéria, para recolha de comentários/sugestões que serão tidos em consideração na emissão da Declaração Ambiental.

9. Referências Bibliográficas

Agência Portuguesa do Ambiente, 2011. “Guia para a integração da prevenção de acidentes graves na AAE dos planos municipais de ordenamento do território”. Novembro.

Agência Portuguesa do Ambiente (2014). Relatório do Estado do Ambiente 2014.

Almeida, C. [et. al]. (2000). *Sistemas Aquíferos de Portugal Continental*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de-Lisboa e Vale do Tejo, 2019 – “*O Ordenamento do Território na Resposta às Alterações Climáticas: Contributo para os PDM*”. Maio.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de-Lisboa e Vale do Tejo, 2019 – “*Guia orientador – revisão do PDM*”.

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2003). *Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território*. Coleção Estudos 9. Lisboa: MCOTA-DGOTDU.

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2008). *Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território* – Documentos de orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa: DGOTDU.

“*Guia – Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT*”, publicado em janeiro de 2020 pela Direção Geral do Território (DGT).

“*Guia – Formação dos planos territoriais, Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental*”, Versão 0 | março 2021, Direção Geral do Território (DGT).

“*Guia orientador – revisão do PDM*”, publicado em 2019 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

“*Guia – PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais*”, publicado em dezembro 2020, Comissão Nacional do Território (CNT).

Norma Técnica sobre o Modelo de Dados e Sistematização da Informação Gráfica dos Planos Diretores Municipais, - anexos I, II e III.

“*Norma Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas*”, APA, abril 2020.

“Norma Técnica – Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas”, APA, abril 2020.

Partidário, MR. (2007) *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica*. Agência Portuguesa do Ambiente Amadora.

Partidário, MR (2012). *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais. Lisboa.

SIAM – *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação* – Projeto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa. 2006.

Revisão do Plano Diretor Municipal de TÁBUA
Avaliação Ambiental Estratégica – **Resumo Não Técnico**
[Versão julho de 2024]



QUEROVENTO
Serviços em Ambiente, Lda.